

ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes

nº 303 | maio 2020

Trimestral | 0,6€

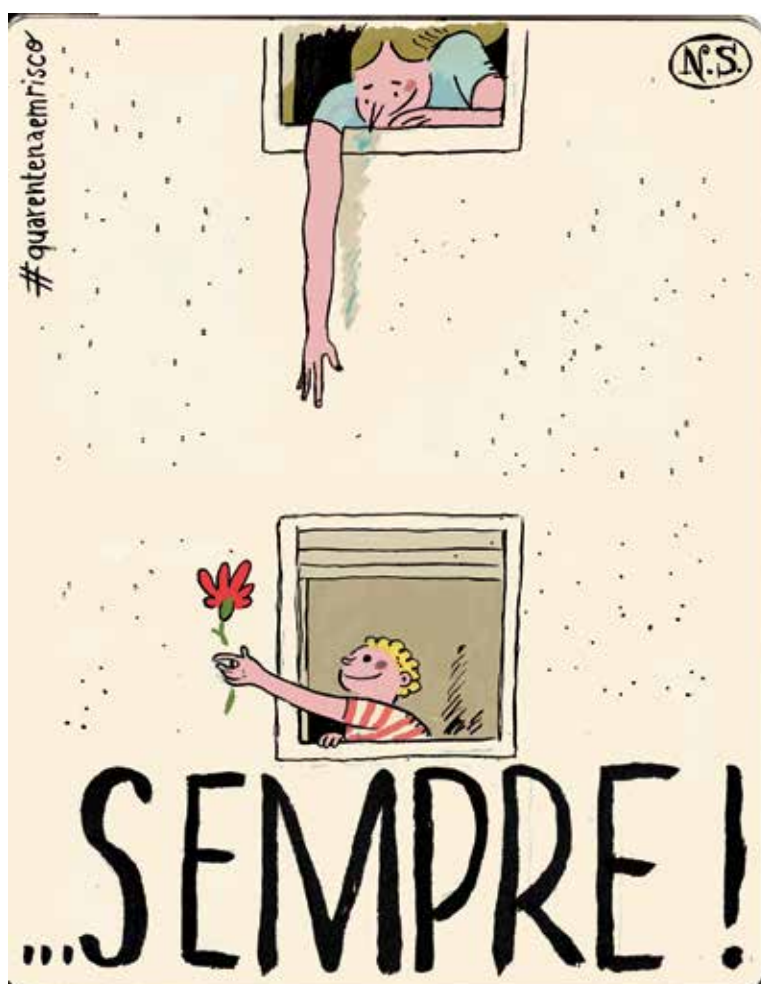


Ilustração: Nuno Saraiva

"25 de Abril de 2020... Sempre!" Diário de uma Quarentena Crónica

25 de Abril Sempre... Fascismo Nunca Mais!

Quando, em fevereiro, saiu a edição anterior do nosso Jornal não imaginávamos que três semanas depois íamos ser confrontados com a ameaça de um coronavírus assassino. É certo que já ouvíamos falar dele, mas as notícias vinham de bem longe, da China! No entanto se tivéssemos sido mais sábios, prudentes e organizados teríamos sido capazes de estar mais e melhor preparados. Se mais sábios, teríamos sabido que o vírus ia chegar rapidamente de avião, de carro ou de autocarro pela simples razão de que vivemos num mundo globalizado. De facto o vírus chegou de Itália, da Suíça e de Espanha trazido por pessoas que regressaram de viagem de negócios, férias ou por qualquer outro motivo. Se mais prudentes e organizados, teríamos instalado controlos sanitários nos aeroportos e fronteiras terrestres e adquirido equipamentos de proteção individual, atempadamente. Mas, sobretudo, teríamos sido capazes de prevenir a mortandade nos lares para pessoas idosas e teríamos melhorado a capacidade de resposta do SNS.

A Covid-19 trouxe para a ribalta os principais problemas que afetam o desenvolvimento coeso e harmonioso da nossa sociedade: as carências do SNS em pessoal e em equipamentos, fazendo-nos perceber melhor a importância do investimento no setor público da saúde; o desconhecimento generalizado das necessidades das pessoas com deficiência quer sejam crianças, jovens ou adultos; a dimensão e o drama da precariedade no trabalho, na habitação, nos rendimentos familiares; a total incompatibilidade do modelo atual de consumo com a defesa do ambiente.

Por isso, quando ouvimos dizer que é preciso voltar à normalidade sentimos tocar uma campainha de alarme. Que normalidade? Continuarmos a poluir inconscientemente o ar que respiramos,

os rios, o mar e as praias, continuarmos a aceitar que em nome da "economia" se continue a destruir o habitat dos animais selvagens ou aproveitarmos a lição de despoluição forçada pelo confinamento e avançarmos para modos de vida menos consumistas e mais amigos do ambiente? Continuarmos as políticas de privatização da saúde e a sobre-exploração dos profissionais de saúde ou apostarmos no desenvolvimento do SNS? Continuarmos apenas a produzir legislação para a inclusão das pessoas com deficiência ou fazermos-la aplicar efetivamente? Continuarmos a permitir a precarização da vida das pessoas ou avançarmos com políticas de habitação, emprego e distribuição da riqueza capazes de diminuir eficazmente as injustiças sociais e de potenciar o desenvolvimento do capital humano?

A Covid-19 obrigou-nos ao confinamento e ao fecho das sedes da Direção Nacional e das Delegações da APD. Mas isso não nos impediu de continuar o trabalho de apoio às pessoas com deficiência, quer ao nível de acompanhamento psicossocial ou pugnando pelo cumprimento da legislação portuguesa que lhes garante o direito à inclusão e à não discriminação quer, ao nível mais geral, continuando a defender os Direitos Humanos.

No 25 de Abril não pudemos desfilar na Avenida da Liberdade, como fazemos sempre, mas cantámos à janela a Grândola Vila Morena, celebrando a Liberdade e homenageando todos os que lutaram por ela para nos permitirem lutar, agora e sempre, por uma sociedade democrática e inclusiva. Por isso, agradecemos ao Nuno Saraiva a solidariedade manifestada pelos belos cartoons que tão bem ilustram os nossos comuns anseios e proclamamos mais uma vez 25 de Abril Sempre... Fascismo Nunca Mais!

Não parámos

p.3

**Entrevista
a Albino Luís Paulo,
dirigente da APD**

centrais

**Portugal da Covid-19
Inacessível a Pessoas
com Deficiência Auditiva**

p.6

**Reabertura da sede
da APD de Castelo Branco**

p.7

OPINIÃO

Inclusão, Humanismo Rumo, Princípios, Projecto



A súbita aparição (talvez inesperada) da Covid-19 abalou, irreversivelmente, o «castelo de areia», revelou claramente a fragilidade deste modelo, evidenciou a vacuidade de projectos construídos para perpetuar os sonhos de opulência – acompanhada de recrudescimento da exploração, raiz do modelo de capitalismo selvagem – conduzindo à realidade da «selva», da miséria, renegando os vagos discursos da prosperidade, da felicidade, dos direitos humanos, baseada no consumo, elevado ao infinito que nos têm vendido, com tanto zelo propagandístico, intoxicante, alienante, bem vendido, para sustentar esta economia de casino que foi arruinando, corroendo, destruindo, a falácia do «novo paraíso» erguida, há décadas.

A inclusão – fundada nos direitos humanos – desagregou-se. A educação inclusiva – utopia proclamada – fracassou; com soluções desenhadas à pressa, foram deixados para trás milhares de discentes com deficiência – auditiva, visual, motora, cognitiva, entre outras – porque na improvisada agenda dos nossos governantes, ocupados na manipulação informativa, estes perderam o rumo.

Faliu o modelo social: que sucedeu nos lares de idosos? Porquê? Quem são os responsáveis? Tantas festinhas, tanto folclore, tão grandes «feiras de vaidades», redundaram na evidência patente: de desvarios, descuidos, das consequências terríveis, traduzidas em dezenas de mortes. Não aprendemos nada! A descoordenação da intervenção social impede a avaliação do impacto desta calamidade no universo das pessoas com deficiência.

À margem da informação intoxicante, manipulada, bem fabricada, - para futuro render de voto cativo – ouviram-se rumores de apocalipse; têm sido citados documentos comprometedores: escreve-se que o desaparecimento de milhões de pessoas – grupos desfavorecidos – evidentemente, seriam propósito do grande capital, aliviando os gastos sociais, arrecadando, sem coração, afrontando os direitos humanos, retornando a tempos de escravatura, o «lucro obscuro», julgando possível regressar à noite dos tempos de barbárie.

As contradições emergentes são imensas: Quantos morrem de fome? Quantos morrem nas guerras fomentadas pelo grande capital? Quantos pereceram de pandemias anteriores? Quantos refugiados morreram? Todos lamentamos este cenário de morte! Mas não haverá quem o acolha? Índícios abundantes, não faltaram...

São enormes, imprevisíveis os perigos! «O vírus mata! Muito mais mata, matará, a fome»!

Esta desgraçada tragédia, este brutal episódio lamentável, perturbaram a mais cínica falsidade, nos últimos séculos.

É evidente que a pandemia clarificou a progressiva renegação dos

direitos humanos; é incontestável que se preparam novos (e tremendos) projectos de exploração; a coberto da conveniência gerada pela famigerada pandemia, fazem-se ignominiosas experiências; congemina-se sórdidas tácticas de reforço dos mais violentos malefícios do capitalismo, tão atroz, quanto cruel, destinados a apresentar a fome, a guerra, as mortes massivas, como inevitáveis, promessas futuras (agora não) do paraíso prometido, retrato tão verdadeiro do inferno que desenharam, tão adocicado...

Morrer de fome, cantando os hinos do império!... Instaurar o «reino da catástrofe», promover guerras susceptíveis de destruir a humanidade, visando o domínio tão atroz, tão desumano, tão cruel, que faltam qualificativos para este horror que planificam, há longo tempo: Desprezam todos, mas todos os valores; códigos éticos; direitos; a mesma vida na terra. Acometidos de cobiça patológica; de loucura de poder; tresloucados pela delirante ilusão, pela sede suicida de poder, é imprognosticável a fúria imperialista de destruir a vida... Sem aviso, eis o tempo da claridade! Aprender, definitivamente a lição: Defesa dos direitos humanos; recusa de toda a discriminação; rejeição radical de qualquer retrocesso nas políticas incluídas; premissa da solidariedade; fraternidade; justiça; construção da sociedade inclusiva.

Outra lição inesquecível: Conhecer, criteriosamente, os «amigos verdadeiros»: aqueles que não trocam lucro por dignidade; que resistem aos gigantescos aliciamentos dos inimigos – sabemos quem são, onde estão, o que querem – e estão sempre, dedicados, fortes, firmes, fraternos, solidários, na nossa trincheira de resistência à inqualificável tragédia destruidora dos falsos «amiguinhos», «bonzinhos no discurso», mas plenos de crueldade, quando podem, sem pudor, roubar-nos, sugar-nos o sangue, se possível.

A dimensão dos perigos é infinita. A dimensão da resistência, a clarividência de resistir, são, nestes dias de tribulação, mais exigentes, porque a tenebrosa pandemia pode ser oportunidade: para nos reduzir à escravidão! Para abrir, definitivamente «aquele caminho luminoso» rumo à construção do mundo solidário, justo, fraterno, inclusivo.

Vigiar, saber, esclarecer, fazer pedagogia dos direitos humanos, lutar, com inabaláveis convicções, certos/seguros que conhecemos: – de experiência certa» o caminho, rumo à mudança, à lúcida transformação social, antídoto à noite das trevas, alvorada da felicidade das gerações futuras, promessa radiosa da História Humanista.

Joaquim Manuel Cardoso

LEGISLAÇÃO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2020

— **Diário da República n.º 25/2020,**
Série I de 2020-02-05

Cria a Estrutura de Missão para Promoção das Acessibilidades

Despacho n.º 2083/2020

— **Diário da República n.º 31/2020,**
Série II de 2020-02-13

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores para vigorarem durante o ano de 2020

Portaria n.º 42/2020

— **Diário da República n.º 32/2020,**
Série I de 2020-02-14

Fixa a taxa do adicionamento sobre as emissões de CO₂ (índice 2) previsto no artigo 92.º-A do CIEC e o valor do adicionamento resultante da aplicação dessa taxa aos fatores de adicionamento relativos a cada produto

Despacho n.º 2183/2020

— **Diário da República n.º 32/2020,**
Série II de 2020-02-14

Cria o Grupo de Trabalho para desenvolver e apresentar a Estratégia Nacional de Promoção da Acessibilidade e da Inclusão dos Museus, Monumentos e Palácios na dependência da Direção-Geral do Património Cultural e das Direções Regionais de Cultura

Despacho n.º 2244/2020

— **Diário da República n.º 33/2020,**
Série II de 2020-02-17

Constituição do grupo de trabalho para o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio

Resolução da Assembleia da República n.º 8/2020

— **Diário da República n.º 35/2020,**
Série I de 2020-02-19

Recomenda ao Governo o reforço da oferta pública na área da hemodiálise

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2020

— **Diário da República n.º 73/2020,**
Série I de 2020-04-14

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros aos centros de recursos para a inclusão decorrentes da celebração de contratos de cooperação para o ano letivo de 2020/2021

Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2020

— **Diário da República n.º 73/2020,**
Série I de 2020-04-14

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios financeiros às cooperativas e associações de ensino especial e a instituições particulares de solidariedade social para o ano letivo de 2020/2021

Da austeridade à Covid-19 ou a necessidade de se investir no SNS e na inclusão social

Tudo ou quase tudo indicava que 2020 ia ser um ano sem grandes sobresaltos, embora pudesse trazer surpresas pois, além de ser uma capicua, 2020 é o ano do Rato de Metal que se previa vir a ser marcado por posições e escolhas radicais, segundo o horóscopo chinês. E foi, precisamente, quando os chineses se preparavam para comemorar a chegada do Rato de Metal que o Mundo se viu confrontado com a ameaça da Covid-19.

Na Europa a pandemia abalou e está a abalar os fundamentos em que assenta a construção da UE (União Europeia), obrigando ao fecho e controlo de fronteiras e pondo em evidência a inexistência de um projeto de integração exequível pela manifesta falta de solidariedade entre Estados e a prática do salve-se quem puder. Aprofundaram-se, assim, as tendências desagregadoras já antes manifestadas no âmbito da crise dos refugiados e das políticas de austeridade destinadas a ressarcir os bancos (com destaque para a Banca alemã) das enormes perdas financeiras que estiveram na origem da crise desencadeada a partir dos EUA, em 2008.

Os cortes no financiamento de serviços públicos, impostos pelas políticas de austeridade, tiveram consequências desastrosas para a vida de milhões de europeus e que ficaram patentes na falta de meios dos sistemas de saúde em camas hospitalares, ventiladores e equipamentos de proteção individual (os tão falados EPI), nas insuficientíssimas capacidades dos lares de idosos para fazerem face à pandemia e nas condições desumanas dos estabelecimentos prisionais. Por outro lado, o confinamento das famílias em casa veio pôr a nu as enormes desigualdades sociais ao nível das condições de habitabilidade e da info-inclusão, contrariando a ideia de que estamos todos no mesmo barco. Para se viver o isolamento social em condições psicossociais razoáveis e se poder cumprir as práticas de higiene recomendadas é preciso ter dinheiro. O confinamento em pequenos apartamentos sobrelotados facilita o desencadeamento de tensões e conflitos que aumentam o risco de violência doméstica.

E as pessoas com deficiência? Em 2019, o Fórum Europeu da Deficiência denunciava que 28,7% das pessoas com deficiência eram pobres ou estavam em risco de exclusão, tendo esse risco aumentado durante os anos de austeridade. Temendo as consequências da pandemia, a 17 de março de 2020, a ONU lançou um alerta mundial para a prevenção do desamparo das pessoas com deficiência decorrentes da aplicação das medidas de distanciamento e isolamento social, enfatizando a necessidade de se garantir condições para a higiene pessoal e habitacional, o fornecimento de alimentos e medicamentos e a acessibilidade comunicacional.

Infelizmente estas recomendações tiveram pouco ou nenhum impacto, ve-

rificando-se que as pessoas com deficiência ficaram de fora das declarações oficiais. Que aconteceu às pessoas com deficiência institucionalizadas? Os CAO foram fechados sem que houvesse um plano de apoio aos utentes e suas famílias; e como ficou o apoio domiciliário? Que ajudas e orientações foram dadas aos cuidadores formais e informais? Quantas pessoas com deficiência tiveram os tratamentos de recuperação e manutenção interrompidos? A estas perguntas há a acrescentar duas infelizes evidências: a total falência do Ministério da Educação no apoio às crianças e adolescente com NEE (Necessidades Educativas Especiais); a desadequação dos meios de comunicação, utilizados para divulgar as informações sobre as medidas sanitárias e de prevenção da contaminação, às necessidades das pessoas cegas e surdas. Dir-se-á, não estávamos preparados para a dimensão do problema. Então, é preciso prepararmo-nos!

Em Portugal, a luta contra a Covid-19 veio mostrar cabalmente o quão importante é termos um SNS dotado de meios humanos competentes e de equipamentos adequados. Por isso apelamos ao reforço do SNS, dotando-o dos meios humanos e materiais necessários e melhorando as condições de trabalho dos profissionais de saúde. O desenvolvimento desta política teria, ainda, o mérito de contribuir direta e indiretamente para a retoma económica e a diminuição do desemprego. A Covid-19 veio pôr a nu, também, o enorme défice na resposta aos problemas das pessoas com deficiência, em situação de calamidade. É, pois, vital que se aumente o investimento na solidariedade e na inclusão social!

Helena Rato

o SNS de unidades de diálise públicas em número suficiente.

A 26 de março, a APD, preocupada com notícias que chegavam sobre pessoas com deficiência em situação de grande dificuldade para se abastecerem de alimentos e outros bens essenciais, e usufruírem de serviços básicos de manutenção da higiene diária, enviou um email aos Presidentes de todas as **Câmaras Municipais** solicitando-lhes informação sobre eventuais medidas adotadas ou a adotar pela Autarquia ou outras entidades locais para minimizar as dificuldades das pessoas com deficiência. A 14 de abril, face ao notório esquecimento das crianças com NEE (Necessidades Educativas Especiais), a Presidente da APD questionou diretamente o **Senhor Ministro da Educação**, Doutor Tiago Brandão Rodrigues, sobre as diligências adotadas no sentido de se garantir a acessibilidade dos alunos com deficiência visual, auditiva, intelectual e do espectro de autismo aos modelos adotados para o ensino à distância.

A 20 de abril a Direção Nacional emitiu um Comunicado alertando sobre possíveis consequências da obrigatoriedade de confinamento e distanciamento social particularmente gravosas para as pessoas com deficiência e denunciando o silêncio das autoridades responsáveis relativamente à situação de pessoas com graves deficiências fechadas em lares ou residências. O Comunicado alertava, também, para a desadequação dos meios de comunicação utilizados para informar as pessoas com deficiência auditiva sobre a Covid-19.

A 8 de maio, na sequência de queixa efetuada por pessoa com deficiência, devido a esclerose múltipla, sobre a exigência de pagamento de Serviço de Apoio Domiciliário por parte de uma IPSS, quando esse serviço tinha sido suspenso, a APD enviou uma carta à Senhora **Ministra da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social**, Dr.^a Ana Mendes Godinho, solicitando a alteração das disposições da portaria n.º 218-D/2019 no sentido de cessar a exigência do pagamento de serviços não prestados, com base no argumento de “salvaguardar a vaga”.

A 12 de maio, a Direção Nacional da APD dirigiu uma carta à Senhora Diretora-Geral da Saúde, Dr.^a Graça Freitas, alertando-a para o facto do uso de máscaras constituir uma barreira à comunicação das pessoas surdas, com as outras pessoas, e solicitando-lhe a certificação de máscaras com aplicação de material transparente na zona da boca, de forma a permitir a leitura dos lábios. Foi dado conhecimento do teor da carta ao Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED.

Nos contactos diretos com os nossos sócios muitas foram as questões colocadas; mas a prioridade no atendimento, os atestados médicos multiusos, o isolamento psicossocial e os produtos de apoio foram os temas dominantes.

Prioridade no atendimento – o Decreto-Lei 10-A/2020 que regulamentou o Estado de Emergência decretado pelo Presidente da República, ao não referir explicitamente que as pessoas com deficiência tinham prioridade

(continuação na página 5)

Não parámos!

Vivemos uma grave crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 que obrigou ao confinamento de grande parte da população e ao encerramento de estabelecimentos e serviços tanto públicos como privados. Também a APD se viu compelida a encerrar as suas instalações. Mas nem por isso deixámos de estar ao lado das pessoas com deficiência. **NÃO PARÁMOS!** Continuámos a ouvir as queixas e protestos das pessoas com deficiência. Escutámos os seus receios e preocupações. Informámos o

INR, o Ministério da Solidariedade, do Trabalho e da Segurança Social, a Secretaria de Estado das Pessoas com Deficiência, o Ministério da Saúde, a Direção Geral da Saúde, o Ministério da Educação, a Infarmed, as Autarquias Locais sobre as discriminações, injustiças e incúrias que estão a atingir, ainda mais, as pessoas com deficiência. Propusemos-lhes e solicitamos-lhes soluções!

A 19 de março, a APD recordou à Senhora **Ministra da Saúde**, Dr.^a Marta Temido, que as pessoas com deficiência auditiva não têm condições para utilizar contactos telefónicos ou de telemóvel e solicitou-lhe a criação

de um endereço de correio eletrónico para que as pessoas surdas possam aceder ao Portal EstamosON.

A 25 de março, na sequência de denúncias recebidas sobre clínicas privadas de hemodiálise que estavam a desrespeitar as orientações da DGS sobre Gestão Integrada da Doença Renal Crónica – Metas e Objetivos para Monitorização de Resultados em Diálise, pondo em perigo a qualidade e mesmo a vida dos insuficientes renais, a APD enviou uma Carta Aberta à Senhora **Ministra da Saúde**, Dr.^a Marta Temido, informando-a sobre a ocorrência e reclamando a urgente necessidade de se dotar

CENTRAIS

Dar voz a quem não tem voz

Quando cheguei, eu não tinha noção nem



Albino Luís Paulo é vice-presidente da Direção Nacional da APD. É sindicalista desde os anos 80 e combatente pelos Direitos Humanos. Fomos saber um pouco da sua história e das suas origens e descobrimos que são daqueles casos exemplares da dinâmica de evolução da população lisboeta na primeira metade do séc. XX.

Albino Luís Paulo, vice-presidente da atual Direção Nacional da APD, sindicalista, combatente pelos Direitos Humanos, nasceu em Lisboa, na Maternidade Alfredo da Costa, em 1960.

A história das suas origens retrata a dinâmica de evolução da população lisboeta na primeira metade do séc. XX. Os avós paternos, naturais do Distrito de Leiria, emigraram cedo para Lisboa à procura de uma vida melhor. Os avós maternos, naturais de Lisboa, tiveram uma infância difícil, apanágio da esmagadora maioria dos filhos da classe trabalhadora da cidade de Lisboa- a avó materna de Albino foi criada num dos asilos que recolhiam crianças pobres e desprotegidas.

Maria Manuela e Luís Paulo, os pais de Albino, conheceram-se por causa de um martelo que Luís pediu emprestado a Maria Manuela. Quando casaram eram os dois operários. Em 1959, Maria Manuela começou a trabalhar no Metro como operadora de bilheteira. Em 1962, tinha Albino dois anos, tiveram de abandonar a zona de Alcântara, onde viviam, por causa das obras de construção da futura Ponte 25 de Abril. Foram viver para os Olivais, na época um bairro desprovido de transportes que permitissem a Maria Manuela chegar ao trabalho a tempo e horas. Por isso regressaram à zona da Alcântara, passando a habitar junto ao Largo do Calvário. Entretanto, em 1964, nascia a irmã de Albino, Maria da Glória. Dessa época, Albino recorda-se que viviam com dificuldades, os salários eram baixos e tinham de dividir dois quartos por quatro adultos e duas crianças.

Albino frequentou a Escola Primária da Calçada da Tapada e depois ingressou na Escola Preparatória Francisco Arruda, onde estava quando veio o 25 Abril! É neste ponto que começa a nossa entrevista.

Albino, sei que o 25 Abril é uma data muito importante para ti. Que memórias tens desse acontecimento?

Na verdade só mais tarde tomei consciência da sua importância. À época tinha 13 anos e fiquei contente porque, em vez das aulas, passei o dia a jogar futebol. Uns dias depois fiquei surpreendido por ver o meu tio, que trabalhava na PSP e era todo salazarista, discutindo raivosamente com o dono do talho, também ele salazarista, ambos vociferando contra o 25 de Abril. Também reparei que a minha mãe andava particularmente contente.

Então, quando e como veio essa tomada de consciência e começaste a despertar para a necessidade de te integrares no coletivo de conquista e defesa dos direitos dos trabalhadores?

Na Escola Preparatória tinha um colega, também meu vizinho, de quem me tornei amigo. A família desse rapaz era alentejana e o avô, que trabalhava nas Minas de S. Domingos, tinha sido um preso político. Por isso, em casa do meu amigo dava-se muita importância ao 25 de Abril e discutia-se política. Os pais eram militantes do PCP. Comecei, assim, a ter uma perspetiva dos acontecimentos que me levaram a aderir à União dos Estudantes Comunistas, a UEC, já no Liceu D. João de Castro, que passei a frequentar depois da Francisco Arruda.

Que recordações guardas dessa época?

Viveram-se momentos empolgantes, mas, por vezes, dramáticos. Por exemplo, assisti ao apedrejamento do Centro de Trabalho do PCP na Ajuda; no Liceu havia confrontos, por vezes violentos, entre estudantes com diferentes orientações políticas. Foi, também, uma época em que muitos jovens se perderam por causa da droga. Eu segurei-me, e tenho a convicção que foi por causa de militar na UEC, porque isso me abriu horizontes e o assumir de responsabilidades para com o coletivo.

E foi, assim, que vieste a tornar-te dirigente sindical?

Bom, isso foi um pouco mais complicado... Depois do Liceu D. João de Castro, ainda frequentei a Escola Marquês de Pombal e depois a Ferreira Borges. Aí, pelos meus 17 ou 18 anos, disse aos meus pais que não queria continuar a estudar, preferia ir trabalhar. O meu pai arranjou-me trabalho na Eugénio & Severino, empresa de reparação naval sediada em Pedrouços, o "carolas", como era popularmente conhecida. Trabalhei no "carolas" durante quatro anos. Gostava do ambiente, sobretudo do espírito de camaradagem que havia entre os operários, mas o ordenado era muito baixo. Comecei à procura de outra oportunidade e, em 1982, consegui trabalho na Casa da Moeda, na Impressão Offset do edifício da Escola Politécnica, com contrato a prazo por três anos e que veio a ser renovado por mais três anos. Entretanto, consegui entrar para a carreira de impressor e no final desse último contrato consegui tornar-me efetivo.

da dimensão nem da importância da APD

Isso foi uma grande conquista, apesar da década de 80 ter sido particularmente difícil. Em 1983, instaurou-se uma severa política de austeridade por imposição do FMI, que atingiu dramaticamente grande parte da população portuguesa. Foi a época das marchas com bandeiras negras, símbolo da fome, em protesto contra a explosão do desemprego e os tristemente célebres salários em atraso, também denunciados pelo Bispo de Setúbal.

Sim, é verdade! Recordo a greve na Lisnave, contra os salários em atraso, que foi violentamente reprimida, e foi precisamente nesse período que me sindicalizei, tornei-me sócio do Sindicato dos Gráficos, vindo a ser eleito para a sua Direção em 1996. Mais tarde, quando este Sindicato foi integrado no SITE (Sindicato das Indústrias Transformadoras e de Energia), voltei a ser eleito para a Direção onde continuo até hoje.

E nesse percurso, onde entra a APD, isto é, como te tornaste dirigente da APD?

Bem, naturalmente, o movimento sindical interessa-se pelas pessoas com deficiência, em primeiro lugar, porque há muitos trabalhadores que ficam incapacitados devido aos acidentes de trabalho, mas, também, por questões de solidariedade; o movimento sindical é solidário com todas as pessoas vítimas de exploração e de discriminação. Por isso, aceitei o desafio de integrar a Direção Nacional da APD, com o espírito de poder ajudar.

Mas tu, pessoalmente, tens algum grau de incapacidade?

Tenho uma incapacidade sensorial e alguns problemas de saúde que me causam limitações. Em 2007, fui diagnosticado com artrite reumatoide e, desde aí, até conseguir alguma qualidade de vida levei algum

tempo, porque, no caso desta doença, a cura é sempre baseada na tentativa e erro. Depois, por causa do cigarrinho, surgiu a DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica) que me obrigou a um internamento de urgência no hospital São Francisco Xavier, no final de 2012. Nessa altura até pensei que já não me safava, mas, felizmente, correu tudo pelo melhor. Contudo, ainda nesse mesmo ano, acabei por ser operado no Hospital de Santa Maria. A operação não correu tão bem como eu esperava e, desde então, tenho tido vários internamentos por causa de uma bactéria que não me larga; assim, arranjei uma “namorada”, a maquina do oxigénio, compartilhada a 100% pelo SNS, onde sempre fui bem tratado por todos os intervenientes.

Vai fazer quatro anos que estás na Direção Nacional da APD, onde, além da vice-presidência, tens o Pelouro das Delegações. Queres relatar-nos um pouco a tua experiência?

Na realidade, quando cheguei, eu não tinha noção nem da dimensão nem da importância da APD. Quando percebi, ao princípio, fiquei com receio de não conseguir corresponder às expectativas. A APD tem uma boa implantação em parte do território nacional, com seis Delegações Distritais e dez Delegações Locais, mas devia alargar-se a todo o território. Durante este mandato conseguiu-se reativar a Delegação Distrital de Castelo Branco e abriu-se a Delegação Local da Figueira da Foz. Antes da pandemia estava em marcha o processo para a reabertura da Delegação Distrital de Beja que ficou, obviamente, prejudicado pelo confinamento. O mais interessante é que estes sucessos se devem muito à iniciativa de pessoas com deficiência que vivem nesses locais; isto prova que a APD tem prestígio e que tem possibilidades de alargamento. Mas, aten-

ção! Não basta abrir delegações, há que dar-lhe condições para poderem funcionar.

No trabalho com as Delegações, percorreste um pouco quase todo o país. Dessa experiência, o que podes dizer dos principais problemas das pessoas com deficiência?

O primeiro grande e grave problema é a falta de acessibilidades. Muitas pessoas com deficiência não conseguem sair de casa, estão permanentemente confinadas! Depois, não há acessibilidades nos transportes. Eu moro em Almada, trabalho em Lisboa e ando sempre de transportes públicos. Vejo coisas de bradar aos céus. Os barcos, os autocarros, os comboios nem sequer têm plataformas acessíveis. No Metro só algumas estações são acessíveis...

O segundo grande problema situa-se ao nível da educação. Não existe uma verdadeira política de inclusão dos alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais), facto que ficou bem patente nesta crise pandémica; existem leis mas não são aplicadas; percebe-se que as escolas carecem de pessoal devidamente capacitado para lidar com esses alunos.

Depois temos o problema do emprego. Desde logo, sem acessibilidades, chegar ao emprego é muito difícil, senão impossível. Por outro lado, o sistema de quotas não se adapta às necessidades da inclusão. Por exemplo, quando se abrem concursos para o ingresso na Administração Pública ninguém pensa em adaptá-los para se poder recrutar pessoas com deficiência.

E quanto ao acesso aos cuidados de saúde?

No meu entender é, também, um domínio onde há muito a fazer, a começar pela abolição das taxas moderadoras porque as taxas inibem muitas pessoas de procurar

tratamento atempadamente. Os salários são baixos, levando, também, a que muitas pessoas cortem nos medicamentos ou nos tratamentos, pois não há uma política de saúde integrada para as pessoas com deficiência. Estas pessoas ficam muitas vezes abandonadas, à espera de tratamentos que não chegam ou são interrompidos por falta de recursos. O mesmo acontece com os produtos de apoio. Além disso, tem de haver mais e melhor investimento na saúde. Os profissionais de saúde são mal pagos e trabalham até à exaustão. Faltam equipamentos e consumíveis nos hospitais.

Albino, a entrevista já vai longa, mas antes de terminarmos peço-te para elencares as outras questões que consideras cruciais para a atividade futura da APD.

A APD deve continuar a lutar pela antecipação da idade da reforma sem penalização para as pessoas com deficiência. Em matéria de emprego, devia procurar uma parceria com o movimento sindical, visando a que a legislação laboral possa contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, designadamente, ao nível da contratação coletiva. E, claro, a APD deve continuar a apoiar e desenvolver o desporto adaptado, não só porque é um direito das pessoas com deficiência, mas também porque ajuda a dar visibilidade à APD e, portanto, a dar mais força às nossas reivindicações.

Uma última palavra?

Quero aproveitar a oportunidade para deixar um agradecimento aos funcionários da APD pelo seu excelente trabalho em prol das pessoas com deficiência, muito especialmente neste período conturbado. Ah, e para terminar, com uma nota pessoal, quero dizer que tenho a felicidade de ter três sobrinhos!

(continuação da página 3)

no atendimento, levou a que alguns estabelecimentos comerciais deixassem de cumprir o disposto no Decreto-Lei 58/2016. A APD informou o Gabinete da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência sobre esta questão e solicitou-lhe pronta intervenção; **Atestados Médicos Multiusos** – Mesmo antes da pandemia Covid-19 e da subsequente Declaração do Estado de Emergência, registava-se um incompreensível atraso na realização de Juntas Médicas para avaliação e/ou reavaliação de graus de incapacidade, causando grande prejuízo às pessoas com deficiência. Naturalmente, o Estado de Emergência agravou a situação, gerando ansiedade relativamente à manutenção das prestações sociais entre os beneficiários que temiam não conseguir obter atempadamente a reavaliação do grau de incapacidade. Questionada pela APD, a Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência informou que, pelo menos, continuaria assegurada uma junta

médica de avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência, por agrupamentos de centros de saúde ou unidade local de saúde. Face a esta resposta de statu quo (ou seja, continuava tudo na mesma) voltámos a insistir na resolução do problema. **A 16 de abril o Governo decretou o direito à prorrogação automática das prestações da Segurança Social, até finais de junho.**

Isolamento psicossocial – devido à obrigatoriedade do confinamento, as pessoas com deficiência perderam de algum modo o contacto físico com a rede de apoio informal, constituída por vizinhos, amigos e familiares. Nestes casos, o Apoio Psicossocial prestado pela APD tem sido extremamente importante. Foi a partir deste apoio que conseguimos ajudar uma mãe a ter notícias de seu filho, um jovem com deficiência, internado no Hospital de Faro, e mesmo a poder visitá-lo.



ONU pede aos governos para não esquecerem deficientes nas respostas à pandemia

No passado dia 6 de maio, o secretário-geral da ONU, António Guterres, pediu aos governos que tenham em conta os mil milhões de pessoas com deficiência nas diferentes respostas à pandemia de Covid-19 e lembrou que, em tempos normais, estas pessoas já têm dificuldades no acesso à educação, a cuidados de saúde e ao trabalho

"A pandemia reforça as desigualdades, ao colocar novas ameaças", salientou o secretário-geral da ONU, destacando a vulnerabilidade dos deficientes perante a Covid-19.

"Peço aos governos que coloquem os deficientes no centro da resposta à Covid-19 e da reconstrução económica, que sejam consultados e também beneficiários dos esforços desenvolvidos para combater a doença", acrescentou António Guterres.

Para o chefe da ONU, é necessário "garantir direitos iguais para os deficientes para que possam ter acesso aos cuidados e às medidas tomadas para salvar vidas durante a pandemia".

Portugal da pandemia de Covid-19 Inacessível a Pessoas com Surdez ou Deficiência Auditiva

"...muitos idosos com perda auditiva não aprenderam e não comunicam LGP, com a agravante de não usufruírem das novas tecnologias e internet (...) Assim, ficam isolados nas suas casas sem qualquer tipo de apoio, uma vez que não conseguem estabelecer contacto"

Muita reflexão precisa-se!

Face a esta situação, em que vivemos ineditamente uma pandemia global, provocada por um vírus invisível, que chegou do outro lado do mundo e se espalhou por todo o país, este cantinho plantado à beira-mar, silencioso e imparável. Sem se saber, o vírus já se entranhara, potenciando um efeito dominó sem precedentes nas tantas rotinas de uma suposta normalidade a que estávamos habituados. Vimo-nos completamente virados do avesso, confinados em casa, com certas limitações, também entregues a nós próprios. Assustador. Caótico. Decretaram-se dois Estados de Emergência e, posteriormente, o Estado de Calamidade. O silêncio dos que não conseguem perscrutar passou a lidar com quatro linhas de frente: a falta de Acessibilidade nos Meios de Comunicação Social, no Auxílio à Saúde, no Ensino da TeleEscola bem como o #estudoemcasa à distância, disponibilizado online pelo Ministério da Educação, sem qualquer adaptação e medidas escolares acessíveis, mais o uso das máscaras cirúrgicas que impedem a leitura labial na comunicação durante a pandemia de Covid-19.

As desigualdades aprofundaram-se sobremaneira, trazendo à tona, de uma vez por todas problemas que já existiam ao longo de décadas. Apesar dos alertas, a Acessibilidade continua plenamente ausente para Pessoas com Deficiência Auditiva Incapacitante que não dominam Língua Gestual Portuguesa (LGP) e que têm como única forma de comunicação

o Português falado e escrito; essas pessoas são as que usam tecnologia para ouvir, como Próteses Auditivas e Implantes Auditivos, ou as que, não usufruindo de dispositivos de escuta, têm como base a leitura oro-facial e, por isso, estão dependentes de legendas nos meios de comunicação audiovisuais.

Os prestadores de serviços públicos, nomeadamente o INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, a Direção-Geral de Saúde, o Centro de Emergência em Saúde Pública, bem como o Serviço de Atendimento SNS24, o Portal "Estamos ON" e os Centros de Saúde não se lembraram de acautelar as necessidades de Acessibilidade alargada e urgente para Pessoas com Deficiência Auditiva Incapacitante cujo modo de comunicação é o português falado e escrito.

Entre os mais vulneráveis a esta Pandemia de Covid-19 existem pessoas na situação acima descrita, pois muitos idosos com perda auditiva não aprenderam e não comunicam LGP, com a agravante de não usufruírem das novas tecnologias e internet, além de poderem apresentar outros quadros com deficiências múltiplas. Assim, ficam isolados nas suas casas sem qualquer tipo de apoio, uma vez que não conseguem estabelecer contacto. O mesmo se aplica aos adultos e jovens com surdez que vivem sozinhos, sem ninguém a acompanhá-los.

Impõe-se, portanto, denunciar os principais obstáculos que, no decorrer desta pandemia de Covid-19, as pessoas com deficiência

CONVOCATÓRIA



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES

Ao abrigo do Artigo 19º n.º 2, do artigo 18º alínea f) dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Geral Ordinária para o dia **27 de junho, pelas 13h30, na Sede Nacional**, sita no Largo do Rato, 1B – 1250-185 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019 da Delegação Local do Seixal;

Ponto 2. Apreciação e votação do Relatório de Atividades referente a 2019;

Ponto 3. Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2019 e Parecer do Conselho Fiscal;

Ponto 4. Deliberação e decisão sobre perda de qualidade de sócio de Nuno Henriques Silva no âmbito do processo disciplinar 1/2019, nos termos do artigo 9º nº1 segunda parte e nº2 dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes.

Ponto 5. Deliberação e decisão sobre a extinção da Delegação Local de Estarreja, nos termos do artigo 18º alínea k) dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes.

Ponto 6. Vários.

Lisboa, 20 de maio de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número suficiente de associados para o seu funcionamento, a Assembleia terá início uma hora depois, qualquer que seja o número de sócios presentes.

auditiva incapacitante encontram ao nível de Acessibilidade, a saber:

- Nos meios de comunicação social audiovisuais, a ausência de legendas impede essas pessoas de aceder a informações essenciais para poderem acompanhar o desenvolvimento da pandemia de Covid-19 em Portugal;

- A falta de endereço de correio eletrónico impede essas pessoas de acederem aos serviços de atendimento de saúde por suspeita de Covid-19; esta dificuldade repete-se na situação de vigilância em caso de isolamento profilático e é agravada pelo facto de o uso de máscaras faciais impossibilitarem a leitura labial.

- No que concerne aos profissionais de saúde, apelamos a que, ao comunicarem com as Pessoas com Deficiência Auditiva, falem de forma clara, pausada e a um ritmo razoável, idealmente através de dispositivos eletrónicos, como tecnologia assistida e uso de mensagens de texto, utilizando o telemóvel embalado com película transparente e ou saco de plástico igualmente transparente, podendo também escrever em papel, já que a máscara impede qualquer traço comunicacional através de Leitura Oro-Facial.

- Relativamente às entidades do Estado, Direção-Geral de Saúde, Centro de Emergência em Saúde Pública, bem como o Serviço de Atendimento SNS24, requeremos-lhes que resolvam os problemas encontrados no Webchat do SNS24, especialmente criado para os Utentes com Deficiência Auditiva; de ressaltar que o mesmo não está a funcionar desde o início da pandemia de Covid-19 (anedoticamente, em plena segunda quinzena de maio, contínua inoperacional, apesar dos sucessivos alertas!).

Como se não bastassem estes problemas, ainda fomos confrontados com outra preocupação: a Telescola na RTP Memória e na RTP 2 foi iniciada sem que houvesse as devidas adaptações das aulas à distância em emissão direta a todo o País, com total ausência de legendagem para crianças e jovens alunos com Deficiência Auditiva que

não sabem Língua Gestual Portuguesa, cuja primeira língua é o Português falado e escrito. É fundamental que a Escola Pública, nos seus vários ciclos, seja verdadeiramente inclusiva e acessível a todas as crianças e jovens, mas, uma vez mais, a Direção-Geral de Educação não teve a preocupação de se lembrar destes pormenores para as crianças e jovens alunos com deficiência. Não devemos também esquecer as famílias em que um dos progenitores, por não ter acessibilidade aos meios de comunicação audiovisuais devido a perda auditiva, prejudica severamente o acompanhamento do aprendizado escolar dos filhos. É por isso fundamental e necessária a presença de legendas nos meios de comunicação social audiovisuais.

Com o retorno às escolas, somos confrontados com um novo problema: o uso indispensável e obrigatório de máscaras, mesmo em plena sala de aulas. Os alunos com deficiência auditiva não têm como contornar a impossibilidade de comunicarem através da leitura oro-facial. Que medida está a Direção-Geral de Educação a tomar para acautelar mais este revés, o dos alunos com deficiência auditiva não poderem acompanhar as aulas, uma vez que os lábios dos docentes estão vendados?

Para as pessoas com deficiência auditiva o uso obrigatório da máscara traz uma inquietação assustadora: Tapa a boca, e a maioria das Pessoas com Deficiência Auditiva depende dos lábios para "ouvir". Para quem não ouve bem, para quem não discrimina bem a voz e necessita da comunicação oro-facial, a máscara torna-se uma barreira visual que coloca a sua vida em risco em todos os aspetos, a nível escolar, a nível social e a nível profissional.

É, assim, o Portugal inacessível da pandemia de Covid-19 para Pessoas com Surdez ou Deficiência Auditiva que não dominam a Língua Gestual Portuguesa e têm como primeira língua o português falado e escrito. Vamos continuar a fechar os olhos? Vai continuar a indiferença, a passividade, para que continue a inacessibilidade?

Alice Inácio

Notícias do Porto

Reuniu a 22 de janeiro com o Pelouro de Ação Social da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia com a finalidade de tratar de assuntos comuns às duas instituições.

A 29 de fevereiro levou a efeito a Assembleia Distrital e Apresentação do Relatório de Atividades e Contas do ano 2019. No mesmo dia realizou-se o almoço convívio para sócios, familiares e amigos.

A Delegação Distrital do Porto da APD, teve aprovada a sua Candidatura ao Programa POISE-Inovação Social- Parcerias para o Impacto, do seu projeto C2ID-Capacitação os Cuidadores Informais na área da Deficiência. Este projeto será desenvolvido nos concelhos de Porto e Vila Nova de Gaia e conta com os seguintes parceiros e investidores sociais: Camara Municipal do Porto, Camara Municipal de Vila Nova de Gaia, Junta de Freguesia do Bonfim (Porto), Junta de Freguesia Campanhã (Porto) e Junta de Freguesia de Paranhos (Porto).

Covid-19

Tendo em conta a situação face à Covid-19 a Delegação Distrital do Porto da APD teve a necessidade de se adaptar a estes tempos complicados, alterando o seu modo de atuação. Assim deu prioridade ao apoio aos equipamentos essenciais e indispensáveis que tem ao serviço dos seus clientes e para as restantes atividades, nomeadamente as associativas, deu privilégio ao digital, sempre com uma conduta ativa que incidiu em manter a população com deficiência e seus familiares constantemente informados e com alicerces de apoio para a sua vida diária em contexto de pandemia.

Esta Delegação agradece todo o apoio prestado em termos de material de proteção

por parte de instituições que muito têm ajudado a colmatar as dificuldades exigentes para a continuidade da prestação dos nossos serviços em tempos de Covid-19. Nomeadamente à Câmara Municipal do Porto pelo fornecimento de máscaras e à Junta de Freguesia de Campanhã pela entrega de máscaras e viseiras.

Informação

A APD-Porto, informa que o Centro de Atendimento desta delegação, encontra-se em funcionamento, nos seguintes moldes:

. Atendimento telefónico através do 935 807 679;

. Atendimento por e-mail, através dos seguintes endereços: apd.porto@gmail.com; apdgaia@gmail.com e ss.apdporto@gmail.com;

. Os atendimentos Presenciais, só serão realizados, mediante marcação prévia através do 935 807 679



CRÓNICA

Num inesperado dia, tudo deu uma grande volta!

Testemunho, na primeira pessoa, da nossa sócia Maria do Rosário Carvalho que vive num lar residencial no Concelho de Oeiras

Como tudo pode mudar num ai!

Há mais de três meses a nossa vida corria como todos estávamos habituados (rotina!) queixas normais, lutas do dia-a-dia normal, tudo aquilo a que estávamos habituados.

Num inesperado dia, tudo deu uma grande volta!

As palavras proibidas, tantas vezes usadas (morte, distância, confinamento!), nunca foram tão ouvidas e verbalizadas!

Cada casa tem a sua história, o seu trajeto, as suas regras!

Aqui não é diferente; viver em instituição com uma população idosa, não poder ver a família, correr o risco de partir (por motivos naturais!) e não poder ter a presença de entes queridos!

Juro que é dramático.

Há desânimo, desespero, saturação. Mas sabemos que toda a equipa trabalhou e trabalha para se poder viver aquela frase: "VAMOS FICAR TODOS BEM!"

Vale a pena resguardar!

Neste desespero de estar confinada também tenho uma "Arma" bastante Forte!

A Fé, Esperança, e ser perseverante.

Para viver institucionalmente nesta altura do campeonato, precisa-se ter discernimento, ser obediente, ter respeito por tudo e todos, pois todos nós passamos a ser cúmplices de tudo o que possa vir ou não a acontecer!

Uma coisa é certa.

A vida não está nas nossas mãos!

Nós não somos donos do Mundo!

Mas o Mundo adotou-nos!

Temos que pensar:

_ Que atitudes tenho eu que começar a ter para o "Nosso planeta" sobreviver?!

Pensem bem nisso.

Contigo, comigo, connosco.

VAI FICAR TUDO BEM!

Rosário Carvalho

APD Castelo Branco

Reabertura da sede



No passado dia 1 de fevereiro, realizou-se a cerimónia de reabertura da sede Distrital de Castelo Branco da APD, com sede no Edifício da Junta de Cantar Galo na Covilhã, onde estiveram presentes, e discursaram, o Presidente da União de Freguesias Cantar Galo e Vila do Carvalho, Sr. Pedro Leitão, o Vereador da Câmara Municipal da Covilhã, Eng. José Miguel Oliveira, e o Presidente da Delegação Distrital, Raúl Pereira. No final da cerimónia, a Delegação ofereceu um Porto de Honra a todos os presentes. Agradecemos a todos os convidados, incluindo os presidentes das uniões de Freguesias de Covilhã e

Canhoso e do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, assim como às outras coletividades e aos patrocinadores pela presença e apoio.

Parcerias

AAPD de Castelo Branco conseguiu já várias

parcerias com diversas entidades. São elas a Ortolife - Camas e equipamento, o Cartão BP Bónus, a Apiterapia Lord e o Celeiro da Anabela. Todos os sócios da APD Castelo Branco com as quotas em dia e mediante apresentação do Cartão Cidadão, Cartão de Sócio e recibo de quotas, têm direito aos descontos efetuados ao abrigo dos protocolos celebrados. Para informações mais detalhadas, consulte <https://www.facebook.com/Apddelegacaodistritalcastelobranco/> A APD de Castelo Branco agradece aos sócios que procedam à regularização das suas quotas e à atualização dos seus dados através dos seguintes contactos: 275 085 250 / 928 061 956 ou info-castelobranco@apd.org.pt.

Eventos cancelados devido à pandemia

Piquenício Nacional, de 11 de julho.

Almoço Convívio a realizar-se de 2 em 2 meses.

Participação com stand na Feira de S. Tiago, Covilhã, em agosto.

NOTÍCIAS

Criança aguarda produtos de apoio há três anos

Em 2017, foram prescritos uma cadeira de rodas e calçado adaptado a uma menina de dois anos com Síndrome de Rett, uma desordem do desenvolvimento neurológico que atinge as funções motoras e intelectuais. A Delegação Distrital de Braga da APD teve recentemente conhecimento de que, o processo de pedido dos produtos de apoio só foi iniciado em 2018, devido a um extravio de documentação, e de que, passados três anos, a família continua à espera da conclusão do processo. É um caso grave e desumano, pois é sabido que crianças com Síndrome de Rett têm absoluta necessidade de um acompanhamento adequado para poderem singrar na vida.

Participe na Vida Associativa da APD

<http://www.apd.org.pt>
info-sede@apd.org.pt
T 213 889 883



Atualize as suas quotas
NIB: 003506750003288643081

NOTÍCIAS

Competições terminadas para todas as modalidades de pavilhão

Após um conjunto alargado de reuniões com as respetivas estruturas - clubes, associações e demais representantes dos agentes desportivos -, as federações portuguesas de Andebol, Basquetebol, Patinagem e Voleibol decidiram emitir um comunicado conjunto relativo às competições nacionais, fortemente afetadas pela pandemia de Covid-19, onde abordam o quadro competitivo 2019/2020, a atribuição de títulos nacionais na época 2019/2020, as descidas e subidas de divisão, a validade das inscrições e as competições europeias 2020/2021. Para mais informações, consulte os sites das federações.

Muda de vida! Pratica desporto! Verba atribuída por INR para o Projeto Desporto 2020 da APD ficou muito aquém das expectativas



O Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) aprovou o "Projeto Desporto 2020 - Muda de vida! Pratica desporto!", projeto desportivo da APD que prevê um cofinanciamento de 60% das despesas inerentes. Contudo, as verbas atribuídas correspondem a apenas cerca de 30% do financiamento previsto. A APD já apresentou ao INR a sua explicação e aguardamos que o desporto adaptado (ao nível da captação e da formação) não seja prejudicado.

Portugal com vinte e três quotas garantidas nos Jogos Paralímpicos

O Comité Paralímpico Internacional confirmou a atribuição de uma quota para Portugal na modalidade de Equitação para os Jogos Paralímpicos Tóquio 2020. Esta quota junta-se às já conquistadas pelo Atletismo (5), Boccia (10), Natação (5), Ciclismo (1) e Canoagem (1), num total de 23 vagas garantidas até ao momento para Portugal.

Os próximos meses serão decisivos para as modalidades de Badminton, Canoagem, Ciclismo, Judo, Triatlo e Tênis em Cadeira de Rodas, considerando que os prazos de qualificação e obtenção de quotas estão dependentes do reagendamento das principais competições adiadas para 2021.

Recordamos que devido à atual pandemia de Covid-19 os Jogos Paralímpicos Tóquio 2020 foram adiados para os dias 24 de agosto a 5 de setembro de 2021.



Foto: LUSA

Campeonato do Mundo de Atletismo adiado para 2022

O Campeonato do Mundo de Atletismo que iria decorrer entre 17 e 26 de setembro de 2021 na cidade de Kobe, Japão, foi adiado para os dias 26 de agosto a 24 de setembro de 2022. O motivo do adiamento está relacionado com a proximidade da data dos Jogos Paralímpicos, adiados para 2021 devido à pandemia de Covid-19.

Faleceu o atleta-guia e treinador Nuno Alpiarça

Nuno Alpiarça faleceu, no passado dia 30 de abril, vítima de doença súbita. Tinha 53 anos e era professor de Educação Física e figura incontornável do Atletismo Paralímpico em Portugal, com uma experiência de 25 anos enquanto atleta-guia e treinador.

Nuno Alpiarça contribuiu para a conquista de três medalhas paralímpicas como atleta-guia de Carlos Lopes, em Atlanta 1996 e Sidney 2000 (x2), e duas medalhas enquanto treinador do velocista Luís Gonçalves, em Pequim 2008 e Rio 2016, para além de uma série de outras medalhas em Mundiais e Europeus.

AAPD apresenta as mais sentidas condolências à família e amigos de Nuno Alpiarça.



Nuno Alpiarça

PROMOÇÃO de 10% para SÓCIOS DA APD - LANÇAMENTO NOVA LOJA ONLINE



Cadeira de Rodas Elétricas e Manuais



Adaptações de Veículos: Acessos e Condução



Acessibilidades: Cadeiras e Plataformas

3ergométrica
https://ergometrica.pt/

Loja Online e Assistência Técnica
info@ergometrica.pt Telef. 210 191 250
https://ergometrica.pt/loja/

Muda de vida! Pratica desporto!



Foto: WWW.SCMPPT

A prática desportiva fomenta a igualdade dos participantes, diminuindo barreiras, preconceitos, potenciando as capacidades físicas, psicológicas e relacionais, ajudando na socialização

dos indivíduos. Através do conhecimento das histórias de vida das nossas pessoas, dos nossos atletas, que são verdadeiros "heróis anónimos" podemos transmitir de uma forma muito impactante, simples e humana valores como força de vontade, ambição, amizade, fair-play e "STOP Bullying". Há necessidade de envolver e sensibilizar a comunidade escolar e os próprios alunos para a promoção da educação e a prática desportiva.

Para a concretização do projeto é fundamental a envolvimento e a participação ativa das pessoas com deficiência para a promoção do desporto adaptado através de palestras motivacionais e ações de demonstração nas escolas. A distribuição de flyers sobre os benefícios da atividade desportiva e a promoção da prática sistematizada dos valores e do Fair Play desportivo.

OPINIÃO

Pandemia Covid-19 e agora?

A APD tem sido uma escola de referência do desporto adaptado, verdadeiro motor da prática desportiva pelas pessoas com deficiência, em Portugal, desenvolvendo um trabalho ímpar e sem igual na capacitação de centenas de atletas e na dinamização da formação de equipas, desde 1972. Infelizmente e com muita mágoa, este nosso árduo trabalho teve de ser interrompido e todas as competições de modalidades de pavilhão tiveram de ser canceladas devido à pandemia de Covid-19. E agora? Como será o futuro? Como se não bastassem todas as nossas dificuldades, ainda mais uma pandemia que parece não ter fim?

Pois bem amigos, apesar das contrariedades que todos nós sofremos, é crucial unir as tropas e não "deitar a toalha ao chão"! Não vale a pena chorar sobre o leite derramado e tristezas não pagam dívidas! Somos resilientes, temos capacidades de adaptação e de realizar inovações incríveis, algo que faz parte do nosso ADN como dirigentes, atletas e técnicos.

Sabemos que se não fosse a APD e outras associações com desporto adaptado, as pessoas com deficiência simplesmente não podiam praticar desporto. É por isso de extrema importância continuar a nossa atividade, pois esta pandemia deixou claro o seguinte: se não fosse a ação da APD, as pessoas com deficiência teriam sido ainda mais esquecidas. Vejamos o que se passa na agora famosa Telescola com a disciplina de educação física e questionemos: como é que um aluno com NEE (Necessidades Educativas Especiais) pode praticar o desporto aí apresentado? Fazer desporto é um direito humano básico! É, pois, importantíssimo que se criem condições para promover a continuidade dos treinos individuais em casa e de treinos coletivos ao ar livre, cumprindo todas as normas de segurança. Recordemos que Odívetas é a cidade europeia do Desporto 2020 e Lisboa sê-lo-á em 2021, pelo que é imprescindível a realização de torneios ao ar livre, o "3X3 Street Basket" uma segura e excelente opção, na presente situação. E acreditem, todos os outros atletas de todos os países estão a cumprir este plano e nós Portugueses temos uma enorme vantagem: o sol!

Um resto de excelente época desportiva para todos(as)

Bruno Lopes



ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Propriedade Associação Portuguesa de Deficientes | Redação Administração e Publicidade APD - Lg. Rato, nº 1B, 1250-185 Lisboa, tl. 213 889 883/4, fax. 213 871 095, Contribuinte nº 501 129 430, Registo ICR nº 105 717 | Redação, Design e Paginação Formiga Amarela - Oficina de Textos e Ideias, Lda. | Impressão Grafedisport-Impressão e Artes Gráficas SA. Estrada Consiglieri Pedroso nº 90, 2730-053 Barcarena | Assinatura anual (4 meses: 2€) | Depósito Legal 2667/89 | Tiragem 13 500 exemplares | Estatuto Editorial: <https://www.apd.org.pt/index.php/comunicacao-apd/jornal-associacao>



PORTE
PAGO